

Autogestão e Planificação

Marc Willians

A autogestão é contestada pelas concepções estatistas no nível organizacional através de um elemento central, que é a questão da planificação. A planificação pressupõe estado, centralização e hierarquia. Logo, planificação é inseparável de burocracia. Segundo as concepções estatistas, cuja origem remonta pensadores como Lassalle, Kautsky, Lênin, Stálin, Trotsky e outros, é necessário um estado de transição para que possa ocorrer o fim do governo central. No entanto, eles nunca discutem ou apresentam a forma de funcionamento da sociedade comunista sem governo central, sem estado. A preocupação básica da maioria das concepções estatistas é a transição, nunca o objetivo final. E a inexistência de referencia ao comunismo apenas demonstra que esse não o real objetivo dos ideólogos da transição e que sua “transição” é “infinita”. Nenhuma referencia à futura sociedade sem classes e sem estado. O limite do projeto ao “período de transição” revela que o comunismo nunca esteve presente no seu interior.

O problema da planificação foi pouco discutido nos autênticos pensadores marxistas. Algumas poucas referências em Marx e em Pannekoek, entre outros poucos que poderiam ser citados. Essa é uma questão importante e como o capitalismo se esgota a cada segundo, então pensar como instituir o novo que o irá substituir é fundamental, já que a ignorância ao seu respeito pode ser fatal e promover a derrota do projeto autogestionário e o retorno da barbárie.

A reflexão marxista sobre planificação deve começar rompendo com a mitologia estatista e a confusão e deformação que ela estabelece no projeto de sociedade comunista. O conceito de planificação é estratégico numa concepção autogestionária, mas seu significado é radicalmente distinto do apresentado pela concepção estatista. Planificação significa o ato de planejar e este significa elaborar um plano. O plano, por sua vez, é um projeto para o futuro. A suspeita presente nas concepções cotidianas,

dominadas pelo espírito estatista, é que a população não tenha capacidade de planejar em longo prazo. Em curto prazo, as “massas incultas” podem dar conta de planejar, mas em longo prazo são incapazes disso.

Esse “saber comum” tem como fonte um pressuposto: a incapacidade das massas incultas. Sem dúvida, os indivíduos de hoje, especialmente das classes submetidas ao capital, tem dificuldades de compreender o processo global de organização social em geral. No entanto, é preciso esclarecer que existem variações. Alguns possuem dificuldades em compreender a sociedade em conjunto, mas dominam saberes especializados que, unidos aos outros saberes especializados de outros indivíduos, contribuem com uma percepção, mesmo que ainda limitada, desse todo. Além disso, existem os marxistas e indivíduos mais conscientes das relações sociais gerais. Tudo isto, no entanto, vale para a sociedade atual.

A sociedade autogerida, no futuro, será diferente. Esses indivíduos com pouco saber ou saberes parcelares, ao lado daqueles que possuem uma percepção mais ampla da totalidade da sociedade, serão *transformados no próprio processo de transformação*. Na luta de classes, o proletariado e seus aliados desenvolvem sua consciência e organização, ampliando seu saber. Além disso, as relações sociais complexas da sociedade capitalista, caracterizada por uma complexidade fundada no capital e seus derivados, como dinheiro, crédito, divisão e subdivisão do trabalho, desaparecem. As relações sociais se tornam muito mais transparentes. Isso, além de facilitar, altera o quadro inicial: a necessidade não é compreender a sociedade capitalista superada e sim as novas relações sociais que estão sendo gestadas e são mais transparentes, etando ausente a divisão social do trabalho, a burocracia e o sigilo burocrático, o mercado e seus mecanismos complexos e abstratos. O processo de transformação transformam os seres humanos e suas relações, tornando-os aptos para gerir o conjunto das relações sociais.

O próprio conceito de plano expressa um termo fundamental na concepção marxista: *práxis*, ou seja, ação teleológica consciente, aquela que coloca uma finalidade antes de executar uma atividade. Numa sociedade autogerida, a produção será, naturalmente, planejada. Essa planificação, no entanto, não é apenas da produção, mas

do conjunto da sociedade¹. Outra diferença é que ela não é determinada por uma classe, por uma burocracia, por um estado, pela lógica do lucro. A sua determinação são as necessidades humanas, livres das imposições do mercado, do capital, da burocracia. Isso significa que são necessidades autênticas e não necessidades fabricadas artificialmente pelo capital. Portanto, o primeiro obstáculo intelectual apresentado para a planificação autogerida já foi refutado: os produtores associados são plenamente capazes de autogerir e planejar as relações sociais no sentido de garantir a existência humana, ou seja, a produção e reprodução da humanidade.

Sem dúvida, isso não quer dizer que não haja nenhuma dificuldade nesse processo. O processo de transformação encontra entraves, setores da sociedade podem avançar mais rápido que outros, entre outros problemas. É por isso que, sem cair no utopismo, é preciso realizar reflexões hoje sobre a sociedade do futuro, pois permitirão aqueles que estiverem envolvidos, já possuir elementos, ferramentas mentais, para poder pensar o novo e realizá-lo com maior precisão e facilidade, além de contribuir para dificultar uma contrarrevolução por causa da presença dessas dificuldades. A formação intelectual é fundamental desde hoje para o sucesso da revolução autogestionária.

O segundo obstáculo já foi parcialmente removido, pois tendo em vista tudo que foi dito acima, o estado não aparece como necessário para a realização da planificação. Os produtores associados elaboram, eles mesmos, a planificação, através da decisão coletiva. Aqui nos deparamos com outro problema, que justificaria a necessidade do estado: a centralização. O estado é um órgão central que pode planejar o futuro, em curto e longo prazo. Isso, no entanto, só é válido para o capitalismo e sociedades fundadas nas lutas de classes. Ele serve à classe dominante e possui informações, meios de gestão, entre outros elementos, que permite realizar tal processo de planificação. O estado burguês, no entanto, realiza uma planificação capitalista. A instauração de um modo de produção comunista, fundado na autogestão social, não traz

¹ Por isso, o termo “planificação econômica”, aplicado à sociedade futura, como o faz Charles Bettelheim, é um equívoco. É a velha mania de pensar a sociedade do futuro com os termos da sociedade atual, o que significa uma cegueira diante do novo e que não ultrapassa o nível da sociedade capitalista, seu horizonte intransponível.

tal necessidade. Os produtores associados realizam a planificação, em curto e longo prazo, através da decisão coletiva.

Como isso é possível em países continentais como os Estados Unidos, Rússia, Brasil, China, entre outros? Aqui a centralização aparece como solução para o problema das grandes extensões territoriais e tal argumento seria utilizado até para pequenos países, como França, Portugal ou até mesmo Belize. A questão da centralização já foi palco de muitas polêmicas e os anarquistas sempre tentaram resolver esse problema com a ideia de federalismo. O federalismo não é a solução adequada, já que mantém a dicotomia. A planificação autogerida pode ser assim compreendida: há um processo de planificação local, regional, inter-regional e mundial. A planificação local é o plano gerado pelos produtores associados em uma determinada comuna (que tudo indica será a unidade que substituirá os atuais bairros, cidades, zonas rurais). A comuna como unidade de produção e reprodução, planeja, através da decisão coletiva do conjunto da população, ou seja, dos produtores associados, o processo de produção e reprodução. O processo de produção é predeterminado pelo plano, que, por sua vez, é decidido coletivamente com embasamento nas necessidades sociais existentes. A população apresenta suas demandas e decide suas prioridades. Por exemplo, se falta habitação, e como essa é uma necessidade humana primária, então será uma das prioridades, sendo deslocado indivíduos, equipamentos e processo de produção de materiais para satisfazer essa necessidade. Seis meses depois, uma vez satisfeita tal necessidade, os recursos são deslocados para outras necessidades, tais como recuperação, reforma e ampliação de unidades domiciliares ou unidades coletivas (locais de reunião, por exemplo). Ou seja, com a satisfação das necessidades mais elementares, a produção passa a buscar satisfazer outras necessidades, promovendo um crescente estado de bem estar coletivo e generalizado. Esse plano é perfeitamente possível no interior das comunas.

Duas questões podem ser colocadas nesse momento: a planificação em longo prazo e as formas necessárias para espaços territoriais mais amplos. Como a questão do longo prazo segue praticamente a mesma lógica em todos os casos, a deixaremos por último. Como ocorreria a planificação além da comuna, em um país, inclusive nos países continentais? Essa questão fica nos limites do horizonte capitalista. A revolução

proletária realiza o processo de abolição do estado-nação, da ideologia nacionalista, do nacionalismo difuso, da nação como um todo. É certo que Marx disse, ao se referir à Comuna de Paris, que ela não destrói a nação, assim como é certo que isso é um equívoco. Claro que Marx pensava nação não no sentido do estado-nação, uma criação burguesa artificial que reúne o que antes estava desunido, pelo uso da força. Certamente ele pensava em formações culturais e históricas, unidades populacionais unidas por idioma e algumas outras características oriundas de suas tradições. No entanto, mesmo nesse âmbito, isso é equivocadamente. A unidade básica da sociedade autogerida deve ser a comuna, o resto é apenas divisão oriunda das necessidades sociais, meio ambiente, e, certamente, tradições culturais, estas tendo, no entanto, um peso bem menor. A Rússia deixará de existir, assim como a China, o Brasil e os EUA, para citar apenas grandes países. Não existirão mais “nações”, “países”, muito menos “estado-nação”.

As comunas devem ter um alto grau de autossuficiência. No entanto, devido às diferenças naturais, o meio ambiente variável, elas podem e tendem a não possuir uma autonomia completa. Isso, sem falar na necessidade humana de variação e riqueza de relações, de contatos. Por isso, um conjunto de comunas podem se agrupar em regiões. As regiões seriam extensões territoriais que aglutinariam diversas comunas. E como seria a organização dessas regiões? Ela ocorreria através da planificação regional, que teria uma dinâmica semelhante à da planificação comunal. Algumas diferenças são relativamente óbvias: a decisão coletiva seria mediada pelos conselhos e pela informática. Em certos casos, as comunas escolhem delegados, que, tal como na experiência parisiense, são eleitos, removíveis a qualquer momento, substituíveis e responsáveis. Eles não possuem poder de decisão, mas tão-somente de execução, salvo em casos raros em que a urgência aliada com a impossibilidade da consulta ocorra simultaneamente. De qualquer forma, os delegados serão outros seres humanos, tendo sido socializados sob forma totalmente diferente, num conjunto de relações sociais totalmente distintas, e por isso não são nada comparáveis com as figuras tristes dos políticos profissionais. Eles não têm interesses próprios e tudo que é decidido lhes atinge de igual forma, bem como devem prestar contas do que foge das decisões e

necessidades da comuna. Esses delegados, em muitos casos, com o avanço da informática, serão convocados para assembleias raramente.

Assim, seja através dos recursos da informática, seja pela assembleia de delegados comunais, ocorre a planificação regional. A dinâmica da decisão coletiva é a mesma e o objetivo também, isto é, atender as necessidades sociais. As prioridades são as questões primárias e mais urgentes. Claro que alguém pode retorquir dizendo que uma região não vai querer ceder recursos para outra ao invés de ampliar a satisfação mais avançada de suas próprias necessidades. Se a Comuna X precisa de energia elétrica e a Comuna Y precisa de desenvolvimento tecnológico em informática, então os delegados da última podem se recusar, devido aos interesses diferentes de sua comuna, a colocar a questão energética como prioridade. Esse raciocínio também fica nos limites do horizonte capitalista. Os indivíduos da futura sociedade não serão socializados para o egoísmo, competição, etc. O mesmo caso no interior da comuna tende a ocorrer no caso da região por causa da supremacia da solidariedade, já que se trata de um mundo humanizado.

Um problema mais grave na planificação regional é a abolição das trocas mercantis (seja da produção mercantil simples ou capitalista) e o que a substituirá. Como não existirão dinheiro e mercadorias, então vão emergir formas distintas de *retribuição*. Se em determinadas comunas, certos recursos naturais são escassos e em outras são abundantes, então o seu uso ou acesso, ou mesmo transferência, podem ocorrer e gerar uma retribuição, que pode ser no mesmo sentido, mas tratando-se de outros recursos. Quando se trata de uso ou acesso, isso é mais fácil, já que é a comuna necessitada que se desloca para conseguir extrair os recursos que necessita (e não custa lembrar que nesse contexto não existe mais propriedade privada, os recursos naturais pertencem a todos, o que impõe limite é o uso responsável diante da humanidade, da região e das comunas, tanto a que recebe quanto a que cede). Quando se trata de transferência, que é quando a comuna que tem em seu espaço territorial tais recursos e providencia o transporte para a comuna necessitada, aí há uma necessidade de retribuição por haver o uso de recursos humanos e outros para tal concretização. No entanto, a retribuição, ao contrário da troca mercantil, nunca é realizada via cálculo

matemático, pois é isso desnecessário. Uma comuna pode ceder mais num momento e, quando necessitar, receber aquilo que necessita em quantidades mais elevadas do que o comum. Outras formas complementares, como a doação², ou seja, quando se cede bens sem solicitar retribuição, existirão.

Esse processo se reproduz na planificação inter-regional e na mundial. Levando em conta que na sociedade autogerida a relação com o meio ambiente será humanizada e deixará de ser predatória, bem como a quantidade de bens materiais produzidos diminuirá drasticamente (como no caso de produtos descartáveis e produtos inúteis – como armamentos), aliado ao aumento do tempo de vida útil dos produtos, a diminuição do consumo desnecessário e ostentatório, o desenvolvimento tecnológico estará voltado para as necessidades humanas e para a preservação ambiental, então esse processo todo ocorrerá tranquilamente.

Assim, resta a questão da planificação em longo prazo. A este respeito, é preciso entender que existem necessidades, previsões, que apontam para a necessidade de planejamento em longo prazo. Esse é o caso de previsão de acidentes naturais ou necessidade de desenvolvimento tecnológico (por exemplo, para aumentar o saber espacial, no sentido de que a curiosidade humana e as possibilidades existentes nas explorações de outros planetas, são algo que, pelo menos após os problemas humanos básicos estarem resolvidos, serão tidos em conta, pois a sociedade autogerida não é estagnada, apenas não reproduz a velocidade alucinante e irresponsável existente no capitalismo). É por isso que a planificação, desde a comunal até a mundial, aponta para a reserva de bens. Os bens reservados já tinham sido previstos por Marx, quando, em *Crítica ao Programa de Gotha*, colocava a necessidade de um fundo de reserva para os incapacitados de trabalhar (crianças, idosos, deficientes) e para prevenção de acidentes naturais, entre outros aspectos, como manutenção e reposição da tecnologia³. Os bens

² No que se refere ao saber, é possível dizer que a sua socialização é uma doação generalizada e que será comum no plano mundial. O desenvolvimento intelectual, nesse sentido, estará, como havia colocado Marx, livre dos entraves capitalistas.

³ Utilizamos bens reservados ao invés de “fundo de reserva”, termo usado em nossa sociedade e ligado, na maioria das vezes, ao dinheiro e mercado, por que buscamos constituir conceitos que expressam novas relações sociais. Os conceitos que expressam as relações sociais da sociedade capitalista como mais-valor, dinheiro, capital, entre milhares de outros, deixarão de existir junto com tais relações. Na futura sociedade autogerida, novas relações sociais exigem novos conceitos e aqui já colocamos vários

reservados são variados, alguns com maior ou menor durabilidade, mas que podem ser mobilizados sempre que houver necessidade. Cada comuna constituirá sua reserva de bens e em uma necessidade eventual, muitas poderão se unir para ajudar outras em dificuldades, como, por exemplo, no caso de enchentes ou qualquer outro acidente natural. Inclusive o planejamento regional (se for no âmbito de uma região, mas vale também para o inter-regional e mundial) permite não só que as comunas mais próximas cedam uma parte considerável de seus bens reservados como até mesmo bens não reservados, pois para agilizar a transferência, adianta aquilo que as demais comunas mais distantes repassarão de sua reserva.

Outra face da planificação é a programação. Essa ocorre, também, desde o âmbito da comuna até o mundial. A programação é o elemento além das reserva de bens, que é uma espécie de poupança para necessidades futuras e nem sempre previsíveis. A programação é o elemento do plano de inovações e processos em longo prazo (embora alguns possam ser em curto prazo) que são objetos de decisão coletiva. Por exemplo, se a descoberta de um remédio (cujo uso será drasticamente reduzido graças não só ao processo de diminuição de doenças geradas socialmente devido condições de vida e superação de produtos e relações capitalistas, como também pelo avanço de formas alternativas de superação das mesmas) ou de uma nova tecnologia ocorre e significa uma melhoria substancial para a humanidade, então é necessária a sua generalização. Se ela surge na Comuna X, através de pesquisa local, a sua produção e generalização deve ser programada em âmbito mundial (tendo em vista o benefício geral, então estará presente na decisão coletiva de todas as instâncias decisórias no mundo). A programação, nesse exemplo, significa socialização do saber que permite a sua produção (da tecnologia ou remédio), o que ocorre com o desenvolvimento tecnológico em tempo simultâneo, e deslocamento de recursos (humanos e materiais) para o seu processo de produção em escala mundial. Se envolver recursos presentes em algumas regiões e ausentes em outras, ocorre a organização do processo de deslocamento e retribuição.

deles: autogestão, comuna, região, planificação comunal, retribuição, bens reservados. Sem dúvida, são apenas sugestões e previsões, que podem ou não ser adotados no futuro, mas como este é gerado no presente, então a antecipação conceitual é uma contribuição para a antecipação real.

Por conseguinte, a centralização é desnecessária numa sociedade autogerida. Este questionamento não tem sentido quando se parte da perspectiva autogestionária, pois fica no limite do horizonte burguês. O mesmo se passa com a hierarquia, complemento natural da concepção burocrática. A decisão coletiva é mundial, inter-regional, regional e comunal. Os meios tecnológicos de comunicação facilitam esse processo, a organização conselhistas permite sua concretização real.

A conclusão óbvia do que foi apresentado até agora é que a planificação é parte da autogestão social e que significa, junto com ela, a abolição do estado, da centralização e da hierarquia, da burocracia sob qualquer forma. Isso nos traz a tarefa de refletir sobre a planificação autogerida e reconhecer a necessidade de desenvolvimento intelectual e formação dos indivíduos, desde hoje, para contribuir com o processo de constituição da nova sociedade, resolver os problemas existentes, avançar na crítica do horizonte burguês que limita o projeto autogestionário, entre outras questões mais prementes, como a questão estratégica e luta pela transformação radical do mundo existente. Assim, sem cair no utopismo, é necessário pensar a sociedade do futuro e a planificação faz parte dela.